

DESAFIOS DO ENSINO E APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA DA CRIANÇA COM TDAH

Jamile Almeida Sampaio
Licenciatura em Pedagogia da FAMEC - Faculdade Metropolitana de Camaçari
jamilemoura21@hotmail.com

Luciene dos Reis Santos
Orientadora - Professora da Faculdade Metropolitana de Camaçari
lucienereis01@gmail.com

RESUMO: O TDAH é o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, ele é um transtorno neurobiológico de causas genéticas que no geral os sintomas aparecem na infância e podem persistir ao longo da vida. As pessoas com TDAH podem enfrentar desafios em diversos campos da vida, especialmente no âmbito educacional. Na sala de aula, o estudante com o referido transtorno pode apresentar falta de concentração, fácil distração com fatores externos e dificuldades para realização de atividades. Em 2019, a população mundial começou a vivenciar a pandemia da COVID-19, a qual impôs inúmeras adaptações na forma de viver, relacionar-se com as pessoas etc. No âmbito educacional, as aulas remotas emergenciais fizeram parte do conjunto de ações para dar continuidade ao processo educacional durante a pandemia causada pelo corona vírus. Sendo assim, as aulas em estilo remoto foi mais um desafio para o processo educacional da criança com TDAH. Este trabalho teve como objetivo geral investigar os desafios do processo de ensino e aprendizagem da criança com TDAH em tempos pandêmicos. Esta pesquisa foi embasada teoricamente por autores como Barkley (2002); Poeta e Neto (2006); França (2021); Risgo e Rohde (2004)... Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Realizou-se também uma entrevista com uma professora que teve entre seus alunos uma criança diagnosticada com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade durante o período de aulas remotas emergenciais. De acordo com este estudo, os principais desafios encontrados foram: a necessidade de adaptação repentina à nova rotina derivada da pandemia, realização de atividades, o barulho das crianças nas aulas remotas e a interferência dos acontecimentos dentro do lar. Percebe-se a necessidade de maior atenção à diversidade que se apresenta na sala de aula, principalmente considerando situações adversas como foram as aulas remotas emergenciais. É preciso maior aprofundamento dos impactos causados pela pandemia no processo de ensino e aprendizagem das pessoas com TDAH, assim como para todas as pessoas com deficiência e ou transtornos.

Palavras- Chave: Ensino Remoto Emergencial; Ensino e Aprendizagem; TDAH.

ABSTRACT: ADHD is attention deficit hyperactivity disorder; it is a neurobiological disorder of genetic causes that in general symptoms appear in childhood and can persist throughout life. People with ADHD can face challenges in different fields of life, especially in the educational field. In the classroom, the student with the aforementioned disorder may present lack of concentration, easy distraction from external factors and difficulties in carrying out activities. In 2019, the world population began to experience the COVID-19 pandemic, which imposed numerous adaptations in the way of living, relating to people, etc. In the educational field, emergency remote classes were part of the set of actions to continue the educational process during the pandemic caused by the corona virus. Thus, remote-style classes were another challenge for the educational process of children with ADHD. This work aimed to investigate the challenges of the teaching and learning process of children with ADHD in pandemic times. This research was theoretically supported by authors such as Barkley (2002); Poet and Neto (2006); France (2021); Risgo and Rohde (2004)... A case study qualitative approach was carried out. An interview was also carried out with a teacher who had among her students a child diagnosed with Attention Deficit Hyperactivity Disorder during the period of emergency remote classes. According to this study, the main challenges encountered were: the need for sudden adaptation to the new routine derived from the pandemic, carrying out activities, the noise of children in remote classes and the interference of events within the home. There is a need for greater attention to the diversity that appears in the classroom, especially considering adverse situations such as emergency remote classes. There is a need for a deeper understanding of the impacts caused by the pandemic on the teaching and learning process of people with ADHD, as well as for all people with disabilities and/or disorders.

Keywords: Emergency Remote Teaching; Teaching and learning; ADHD.

INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID-19 chegou ao mundo em 2019 e no Brasil no início de 2020. Muitas adaptações foram necessárias para evitar a propagação do vírus, entre as quais há um destaque para o distanciamento social o qual, entre outros desdobramentos, instituiu o fechamento das unidades escolares. Assim, as aulas presenciais foram suspensas e começaram a ocorrer no estilo remoto emergencial.

O processo de adaptação ao novo formato de ensino deu-se para toda comunidade escolar, inclusive para professores e estudantes. As escolas tiveram pouco tempo para se reinventar e criar novas estratégias, bem como se adaptar ao novo modelo de aula, através de dispositivos tecnológicos. Por parte do estudante, é possível sinalizar a dificuldade de acesso à internet, a ausência ou precariedade de recursos tecnológicos. Já para os professores é possível sinalizar o não reconhecimento ou entendimento de ferramentas tecnológicas que se faziam necessárias para o ensino no momento como programas, aplicativos, plataformas etc.

Com isso, os desafios de profissionais e dos estudantes aumentaram e, levando em consideração as especificidades das crianças com necessidades educacionais especiais (NEE), os desafios podem ter sido ainda maiores, já que as crianças tiveram que passar a se socializar diante de telas e aprender de uma nova maneira de interagir e para elas, especialmente as com NEE, a interação presencial é indispensável para seu desenvolvimento. As famílias tiveram que estar mediando o processo, sendo assim, ainda mais parceiras das escolas e dos professores. Considerando as crianças com TDAH, os desafios podem ser construídos sob uma perspectiva diferente.

O TDAH é o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, ele é um transtorno neurobiológico de causas genéticas, no geral os sintomas aparecem na infância e podem persistir ao longo da vida. Logo os primeiros sinais são desatenção, e isso encadeia a dificuldade de aprender, ansiedade, agitação e impulsividade, pois muitas crianças diagnosticadas com o transtorno não conseguem ficar paradas ou prestar atenção em algo por muito tempo. No entanto, não existe um padrão engessado nas crianças que têm o TDAH, pois nem todas irão ser barulhentas ou inquietas.

Contudo, na fase escolar é onde percebe-se os primeiros alertas, no qual aparecem as limitações em compreender os assuntos, concluir uma atividade ou dinâmica em sala de aula, pois se distraem facilmente com outras situações externas. E isso pode levar ao estresse resultando na ansiedade e até mesmo uma depressão. Além disso, podem existir alunos quietos, mas com grandes atrasos na aprendizagem e não expressa. Por conseguinte, de tudo que foi exposto o desempenho escolar é afetado.

Em função do exposto, este trabalho teve como **Pergunta de Investigação:** De que forma o ensino remoto emergencial impactou no processo de ensino e aprendizagem da criança com TDAH? Como **hipótese** de pesquisa tem-se que: Acredita-se que o ensino remoto poderia ter uma carga horária diferente, para que assim os alunos sintam-se mais atraídos e interessados; supõe-se que as dificuldades dos pais, alunos e professores em manusear as tecnologias é um fator que implica no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Por fim, entende-se que se a escola criar estratégias pedagógicas e expor essas intencionalidades para a família, o processo de ensino e aprendizagem da criança com TDAH não será interrompido.

Foi traçado o seguinte **Objetivo Geral:** Investigar os desafios do processo de ensino e aprendizagem da criança com TDAH em tempos pandêmicos. A fim de alcançar o objetivo geral, traçou-se os seguintes **Objetivos Específicos:** Analisar como o processo de ensino e aprendizagem acontece; averiguar o desenvolvimento da criança com TDAH; logo identificar os desafios do ensino em tempos de pandemia.

Esta pesquisa é relevante porque com a pandemia surge a necessidade de buscar informações e teorias que auxiliem nas práticas dos docentes durante e pós pandemia, assim a pesquisadora a partir de pesquisas e de um questionário que será aplicado em uma escola irá identificar quais foram as possíveis estratégias usadas para que o processo de ensino e aprendizagem não fosse penalizado. Portanto, a presente pesquisa servirá como objeto de estudo para futuros pesquisadores e estudantes universitários.

O interesse da pesquisadora surgiu também através da inquietação sobre esse processo de ensino da criança com TDAH, pois a mesma tem um filho (que não tem o transtorno), mas que está passando por esse processo. Logo se interessou em saber e pesquisar sobre as dificuldades que os professores, familiares e as crianças com algum tipo de transtorno estão enfrentando, pois entende o quão desafiador é este processo.

2. TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): VAMOS PENSAR SOBRE?

2.1 Conceituando o TDAH

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é caracterizado como um transtorno neurobiológico que afeta o “desenvolvimento do autocontrole marcado por déficits referentes aos períodos de atenção, ao manejo dos impulsos e ao nível de atividade”. A

nomenclatura do TDAH veio sofrendo diversas alterações ao longo do tempo até chegar a atual. (BARKLEY, 2002, p. 243)

O TDAH é um dos distúrbios comportamentais comumente diagnosticados em crianças. Este transtorno tem aparecido com variações na sua nomenclatura no decorrer da história, incluindo algumas denominações como lesão cerebral mínima, reação hipercinética da infância, distúrbio do déficit de atenção ou distúrbio de hiperatividade com déficit de atenção/ hiperatividade (POETA E NETO, 2006. p 242)

Alguns estudos mostram fatores ambientais e segundo Risgo e Rohde (2004, 243), “alguns eventos pré ou perinatais como, por exemplo, o baixo peso ao nascer, a exposição ao álcool ou cigarros durante a gestação, aumentam o risco para o desenvolvimento do TDAH”. Outros fatores podem ser genéticos, passando por hereditariedade com vínculo de parentesco de primeiro grau.

Os primeiros sintomas podem ser vistos juntos ou separadamente na primeira infância, algumas delas são: a falta de persistência que envolve atividades cognitivas, não completam as atividades e já passam para a próxima, pois não tem a concentração e paciência para terminá-la, tem o pensamento e as atitudes desorganizada e são mal controladas e impulsividade. Tais sintomas podem ser abrangidos ao longo da vida. (POETA E NETO, 2006).

O princípio desses sinais começa a ficar perceptível quando as crianças entram na escola, pois é onde percebe-se o desempenho das mesmas, porém na maioria das vezes fica mais evidenciado uma quantidade maior de sintomas nos anos iniciais do fundamental. Segundo Barkley (2002), é nessa fase que as crianças começam interromper as aulas, não seguem instruções antes de realizar alguma atividade, respondem perguntas antes de serem terminadas ou não esperam sua vez.

Para alcançar um diagnóstico preciso, o processo do mesmo deve ser minucioso e levar em conta diversos aspectos, porque devem ser feitos com uma equipe multidisciplinar como a participação de médico neurologista, psicólogo, psiquiatra e se estiver em idade escolar um psicopedagogo.

O objetivo primordial de uma avaliação ampla envolve, além do objetivo central de determinar a presença ou ausência do TDAH, outros pontos importantes, como investigar as condições acadêmicas, psicológicas, familiares e sociais para se delinear um plano de intervenção adequado para tratamento do quadro (CALEGARO, 2002. p 346)

Fica então entendido que o processo de diagnóstico deve ser separado em etapas e analisadas em diversos contexto em que essa criança vive, é uma ação lenta, mas que torna-se muito importante para o resultado da investigação, para que o tratamento mais coerente seja

iniciado. Portanto, para que isso aconteça o TDAH deve ser encarado e tratado com a devida importância, especialmente quando consideramos que os índices de crianças que desenvolvem ou nascem com o transtorno vem aumentando no Brasil. Segundo o Instituto de Crescimento Infante Juvenil “No Brasil, os índices alcançam até 26%, de acordo com pesquisa da Anvisa em 2013.” De acordo com uma pesquisa feita por Matos, Rohde e Polanczyk (2012, p.516)

[...] calcula-se que somente 16,2 a 19,9% dos indivíduos afetados pelo TDAH no Brasil recebiam tratamento de primeira linha para o transtorno em 2009-2010, mesmo através desse número calculado de forma conservadora, que superestimou o número de pessoas recebendo tratamento contínuo e subestimou o número de indivíduos com TDAH.

Fica evidenciado que o diagnóstico correto ainda não é genuíno para todos, logo é possível que haja discrepâncias no diagnóstico e tratamento. Para além disso, leva um tempo para conseguir um diagnóstico preciso, tendo em vista que os testes podem levar até seis meses para serem realizados de forma mais segura garantindo que o transtorno não seja confundido com outras questões. A seriedade no processo de investigação para construção do diagnóstico é extremamente importante pois pode evitar o processo de medicalização desnecessário.

Na busca incessante por uma causa e sobretudo para a solução das questões de comportamento da criança, os relatos da escola e da família podem contribuir para a construção de um diagnóstico imprecisos o que tem gerado, entre outras questões, a banalização do uso de medicamentos. Assim,

o espaço escolar tem sido um campo de atuação e de aprendizado frutífero, de interrogações, evidências, de pesquisa, devido a sua dinâmica acelerada, correlata ao fenômeno da medicalização infantil. Tal dinâmica tem sido ditada, na modernidade, sem que tenhamos tempo para refletir sobre ela. Suas consequências têm tido valor e sentidos complexos, dolorosos e cruciais nos processos de subjetivação contemporâneos (FIORE, 2005, p.355)

Sendo assim, entende-se que o diagnóstico deve ser um processo cuidadoso, pois o uso de medicamentos desnecessário ou abusivo pode gerar dependência ou consequências. Para além da crítica sobre o processo de medicalização, que incide sobre o espaço da escola, ainda há a questão que grande maioria dessas crianças passam a maior parte do tempo na escola, logo a hora de ingerir o remédio é em horário escolar, trazendo uma responsabilidade para a escola e professores. Os educadores muitas vezes ainda nem conhecem as subjetividades dos educandos ou estão pela primeira vez na escola. Com isso é de extrema importância que essas crianças tenham acesso ao processo escolar inclusivo e que as leis sejam cumpridas.

2.1 Tessituras sobre o processo inclusivo da criança com TDAH

A educação de qualidade é um direito de todas as crianças e adolescentes, sendo dever dos responsáveis matricular seus filhos e do estado em ofertá-la. De acordo com Constituição Federal (1988)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

Ou seja, toda criança em idade escolar deve estar matriculada em uma unidade de ensino que ofereça educação equânime e de qualidade. A inclusão acontece para que ocorra uma igualdade ou equidade, incluindo esse sujeito a todos os lugares. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (LDB,1996, p. 22)

É exercer o direito de ir e vir da pessoa com deficiência, criando assim devidas as condições, e estratégias para que essas pessoas tenham as mesmas chances de aprendizados como qualquer outra e que não sofram preconceitos e discriminação.

No intuito de assegurar o acesso das pessoas com deficiência e ou transtornos globais do desenvolvimento nos espaços educacionais, em 1994 foi publicada a Política Nacional da Educação Especial, a qual orienta a inclusão de crianças em classe regulares, ou seja, classe de alunos "típicos", mas sem estabelecer que as escolas regulares juntos aos coordenadores e professores criassem estratégias diferentes, assim o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças não ficaria aquém do esperado

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (SEESP, 2007 p.19).

Em outras palavras, isso não era incluir e sim expandir ainda mais o processo excludente. No entanto, em 1999, segundo o decreto 3.298 que regulamenta a lei 7.853/89, "define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular." Logo, essas crianças deveriam ser matriculadas em escolas regulares e ter uma educação de qualidade. Ficou então assegurado que além da matrícula na sala de aula regular, caberia “às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001, p. 3). Nesta vertente, começam-se os segmentos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, no qual percebe-se não apenas o acesso, mas também a permanência do público alvo considerando os mesmos direitos.

É considerado público da educação especial e inclusiva, sujeitos que

considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo e altas habilidades/superdotação. (SEESP, 2007, p. 9)

Esses alunos têm direitos a atendimento especializado e estratégias pedagógicas inclusivas, condições de acessibilidade, suporte para facilitar e minimizar qualquer impedimento para que o seu processo de ensino e aprendizagem seja pleno. (MEC/SEESP, 2007)

O TDAH traz prejuízos no desenvolvimento social e de aprendizagem e requer uma atenção diferenciada. Além de participar da educação escolar inclusiva, a criança com o transtorno deve ser acompanhada pelo Atendimento Educacional Especializado- AEE, onde existem profissionais especializados na área inclusiva, bem como fazer um acompanhamento mais cuidadoso dentro das especificidades de cada aluno. O AEE, é uma rede de suporte que com salas de recursos multifuncionais, com atendimento especializado e individualizado que busca, entre outras coisas, desenvolver e potencializar habilidades do público participante. Tal atendimento é realizado no turno oposto do horário escolar do educando e os profissionais precisam ter um diálogo com a escola regular e os professores, pois são peças fundamentais para indicar os obstáculos que esse estudante enfrenta.

Atualmente a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é a legislação mais atual no que se refere à inclusão. Entre outros elementos, a legislação assegura às instituições públicas e privadas, os direitos dessas crianças com deficiência e ou transtornos globais do desenvolvimento. Pois de acordo com o Art. 27.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 3)

Portanto, essa lei é uma grande vitória, pois torna obrigatório assegurar o acesso educacional em todas as modalidades de ensino promovendo ações de acessibilidade arquitetônica, pedagógica e atitudinais possibilitando assim as condições necessárias para que o processo de aprendizagem seja equânime.

Quando se trata da lei Nº 13.146 é preciso que seja esclarecido para as famílias a relevância da criança com deficiência esteja matriculada em uma escola regular inclusiva e não específica, as chamadas escolas especiais (só para crianças com deficiência), pois a vivência com pessoas diferentes, amplia as possibilidades de aprendizados distintos. Além disso, há também o processo formativo voltado para o mercado de trabalho e para o ensino superior.

Considerando o momento atual, é preciso o direito à educação inclusiva continue sendo garantido. Segundo a lei 13.146 no: “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: O sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.” Logo entende-se que a escola tem a obrigação que mesmo de forma remota, ter a responsabilidade que essas crianças não sejam penalizadas, pois elas possuem condições específicas que precisam ser avaliadas, especialmente considerando o ensino remoto que foi um dos maiores desafios já vivenciados pela área educacional.

2.2 O ensino remoto e a criança com TDAH

A pandemia do novo Corona vírus que acometeu o Brasil e o mundo vem sendo um grande obstáculo para vários âmbitos do país. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), tudo começou em

em 31 de dezembro de 2019, em Wuhan, na China, foram descritos os primeiros casos de pneumonia causada por um agente desconhecido e reportados às autoridades de saúde. No dia 7 de janeiro de 2020, Zhu et al.2 anunciaram o sequenciamento do genoma viral e

no dia 12 de janeiro, a China compartilhou a sequência genética com a OMS e outros países através do banco de dados internacional Global Initiative on Sharing All Influenza. (REVISTA VISA EM DEBATE, 2020, P.55)

Quando descoberto um vírus letal e de rápido contágio, logo tiveram que ser tomadas medidas preventivas tendo em vista a proteção da população. Por consequência, a organização da escola e do ensino sofreram mudanças no âmbito organizacional e pedagógico. Escolas, professores e estudantes tiveram que passar da modalidade presencial para o estudo remoto emergencial, realizado especialmente através da mediação tecnologia e ou entrega de atividades, para os que foram possíveis de se realizarem. Sem contato físico, os professores ensinando de casa e alunos aprendendo do seu lar.

O ensino remoto emergencial é uma estratégia pedagógica criada para manter o processo de ensino e aprendizagem e na sua maioria das vezes é em tempo real, e isso o diferencia do ensino EAD, pois o ensino a distância é uma modalidade educacional. Por isso, não é necessário a mesma temporalidade.

Algumas escolas adotaram plataformas digitais, usando também como ferramentas o *Whatsapp*. Para o ensino, outras escolas de cunho privado com poucos recursos não tiveram como manter suas atividades, e as instituições públicas tiveram dificuldade, pois o uso das ferramentas tecnológicas necessárias para realização do processo de mediação entre professor e estudante não eram tão usuais pela maioria dos profissionais. Com isso veio a insegurança por parte de toda a comunidade escolar (professores, estudantes, pais...). Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, “a Ciência e a Cultura (UNESCO), 70% da população estudantil do mundo foi afetada por este momento de instabilidade, tendo suas aulas suspensas e todo o calendário e planejamento dos vários sistemas de ensino alterados”. (UNESCO, 2021)

De forma geral, alguns desafios foram grandiosos e comuns para estudantes como a ausência de aparelhos como celulares, tablets, computadores, dificuldades ou ausência de acesso à internet. Muitas escolas se quer tinham suporte de rede de internet para estabelecer comunicação com os estudantes, e do modo como as atividades foram interrompidas de forma abrupta, o estabelecimento do contexto ficou ainda mais difícil.

Diante desse cenário, alguns estudantes e escolas conseguiram estabelecer contato e organizar o ensino remoto emergencial. Daí surgiram outros desafios como, por exemplo, a organização do tempo, o domínio dos professores das novas ferramentas e o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes que teve que se dá de casa, com maior suporte da família. Os estudantes precisaram se adequar a um novo modelo de ensino, as crianças tiveram que se adaptar a uma nova forma de ensino e aprendizagem, pois ficaram assistindo suas aulas de casa, sem a

socialização física, mas sim a virtual. Segundo (PARO, 2011) “esse aluno ainda não tem maturidade e disciplina para estudar na modalidade remota, a qual requer do aluno autonomia”. Além disso, essas crianças e professores precisaram da parceria das famílias, mas nem todos os estudantes tiveram apoio familiar seja por falta de interesse ou por realmente não saber como realizar tal apoio.

Considerando as crianças com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, os desafios foram ainda maiores uma vez que todos os elementos podem está agravado diante das especificidades das crianças. Dentre a diversidade das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, este trabalho irá se ater as crianças com TDAH, sobre as quais é importante entender que

[...] tendem a apresentar em geral, inteligência média ou acima da média. Porém apresentam alguns problemas na aprendizagem ou no comportamento, associados aos desvios das funções do sistema nervoso central, ocasionando dificuldades na percepção, conceitualização, linguagem, memória, controle de atenção, função motora e impulsividade. O ensino é uma prática social que culmina no processo de educação mediado pelo educador que ocorre de maneira espontânea, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e afetivo respeitando as limitações. (ROHDE, BENCZIK, 2012, p.343)

Logo percebe-se que para a criança com TDAH os desafios do ensino remoto emergencial foram latentes, pois existe uma grande dificuldade de concentração, e ficar em frente a uma tela pode ser irritante para esses estudantes. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o tempo de exposição as telas para “ crianças entre 6 e 10 anos: no máximo 2 horas por dia; adolescentes entre 11 e 18 anos: até 3 horas diárias e aconselha-se nunca virar a noite; para todas as faixas etárias: não utilizar telas durante as refeições e desligar os dispositivos uma a duas horas antes de dormir”. (OMS, 2019). Ainda o tempo mínimo de exposição a tela pode ser sentido como um tempo ainda maior pela criança com TDAH.

Por consequência existe a dificuldade das famílias de conseguir tempo e de saber lidar com a falta de atenção dessas crianças, e também de entender sobre as estratégias pedagógicas para ser usadas como intervenção no processo de ensino e aprendizagem. Por mais que sejam orientadas pelos profissionais da escola, o fato de não ser o profissional, ou simplesmente de ser um ente emocionalmente envolvido com aquela criança, pode ser um elemento que não contribua de forma positiva para a construção de estratégias que a própria criança reconheça.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é pautada em um rigor científico, que para Lakatos e Marconi (2007, p. 43) se caracteriza como: “Um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que

requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Foi realizada uma investigação de abordagem qualitativa que segundo Gil (2002), “o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos”. Ou seja, dando mais valor ao processo do que a quantidade. Por consequência foi feita uma pesquisa bibliográfica para embasar a pesquisa teoricamente, segundo Fonseca (2002, p. 32) “[...] a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Logo, para que os objetivos buscados nesse estudo fossem alcançados foi feito um estudo de caso. Para Yin (2001), “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivos dos fatos objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados”. A pesquisadora foi impulsionada a realizar este estudo de caso, pois tem um ente familiar diagnosticados com TDAH, e observou dificuldades tanto no espaço familiar (criança, 11 anos), quanto na escola na manutenção das aulas remotas emergenciais. O fato de ter um diagnóstico fechado, o acesso mais facilitado ao caso foram os principais elementos que direcionou a realização deste estudo.

O estudo foi realizado com a unidade escolar, mais especificamente a docente a qual atuou com uma criança com diagnóstico de TDAH durante o ano letivo de 2021. A criança com idade de 11 anos cursou o quarto ano do Fundamental I.

A professora que participou do estudo tem formação em Pedagogia e atua na área há 10 anos, possui especialização em psicopedagogia. Foi aplicada entrevista estruturada na modalidade remota em função da Pandemia da Covid-19. Os dados foram analisados a luz de referenciais teóricos presentes neste trabalho.

4. O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E A CRIANÇA COM TDAH: DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O ensino remoto emergencial trouxe inúmeros desafios para a educação como um todo. As adaptações de forma rápida foram extremamente necessárias para dar continuidade ao processo educacional em todos os segmentos de ensino, sendo assim, foi preciso aprender, compreender e ressignificar práticas para atenuar os prejuízos no âmbito educacional. Sendo assim, buscar

entender como as coisas de fato aconteceram a partir da perspectiva de quem vivenciou é de extrema importância para começarmos, enquanto futuros profissionais da educação transformar nossas práticas desde já.

Esta pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino privado da cidade de Camaçari-Ba. A docente que participou do estudo trabalhou com uma criança com TDAH de forma remota emergencial. No que se refere a formação profissional, a professora tem graduação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia.

O campo de formação é o primeiro elemento que chama a atenção neste estudo, já que além da formação pedagógica a profissional apresenta especialização em área específica, pois tem a competência de identificar as dificuldades que esse estudantes pode encontrar e assim desenvolver estratégias eficientes para a evolução do mesmo no processo de ensino e aprendizagem. Logo a necessidade dessa formação específica é de suma importância, pois o professor precisa ter a expertise de aplicar a metodologia adequada para o aluno. Essa mediação deve ser voltada também no saber incluir este discente, para que o mesmo não fique de fora do processo de ensino e aprendizagem, podendo assim desenvolver as habilidades necessárias de acordo o ano letivo (OLIVEIRA, 2017).

No estudo foi evidenciado que o estudante com TDAH deu continuidade ao processo de estudo durante a pandemia, um elemento importante já que muitas crianças desistiram. Segundo o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) “no Brasil, com as escolas fechadas por causa da COVID-19, estimou que 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam as aulas em novembro de 2020”. (AGENCIA FAPESP, 2021).

É inegável que a pandemia impôs a todos os profissionais de educação inúmeros desafios, conforme já sinalizados neste trabalho. Todavia, quando consideramos as crianças com necessidades educacionais especiais, estes desafios podem ser ampliados. Quando questionada sobre os desafios do ensino remoto enquanto docente de um estudante com TDAH, a profissional respondeu que: *“não estava preparada para esse momento e precisou se reinventar. Muitos professores tiveram dificuldades em manusear e trabalhar com as tecnologias digitais”* (Professora Ana).

Os principais desafios no processo de ensino e aprendizagem vivenciados pela profissional que participou deste estudo foram: **a necessidade de adaptação repentina a nova rotina, realização de atividades, o barulho das crianças nas aulas remotas e a interferência dos acontecimentos dentro do lar do estudante.**

No que se refere a necessidade de adaptação repentina a nova rotina, foi um dos implicadores mais latentes, pois a sala de aula tanto para docente, quanto para aluno mudou para

o seu lar, mas isso foi preciso para proteger a população. No processo educacional de crianças com necessidade educacionais especiais é de fundamental importância a construção e manutenção da rotina. No caso da criança com TDAH, esta rotina faz parte de um processo de orientação para compreensão e execução das atividades cotidianas. Quando a rotina é modificada de forma brusca, a criança também pode ficar descompensada sem saber o que irá fazer e isso contribuir para maior agitação. A mudança de rotina de forma brusca pode impor não apenas às crianças momentos de descompasso, mas também pode contribuir com o aumento do estresse de seus cuidadores. (FRANÇA, et al, 2021)

No que tange a realização de atividades em casa pela criança, também foi um desafio sinalizado pela professora entrevistada. Isso porque, estando distante da sala de aula, de forma virtual, foi muito mais complexo garantir que o estudante realizasse as atividades propostas para ele, mesmo estas estando adaptadas. Neste sentido, para que de fato haja aprendizagem e o processo inclusivo, não basta a criança assistir a aula, ela deve estar acompanhada por algum familiar que possa auxiliar no momento da realização das tarefas. Sobre ações que possam contribuir com este processo, Lima (2021) sinaliza que, entre outras estratégias, é necessário deixar a câmera sempre ligada para que a docente sempre veja o estudante, mudar o tom de voz, enfatizar os pontos relevantes dos assuntos e elogios são bens reforçadores.

Já o barulho das crianças nas aulas remotas e a interferência dos acontecimentos de dentro do lar, foram outros desafios expostos pela docente. É sabido que foi um grande obstáculo evitar essas intercorrências, mas não é preciso que o aluno seja apenas acompanhado e sim que um ambiente de estudo seja preparado, evitar lugares da casa que causem distrações (barulhos, outras telas, janelas...). Remover objetos próximo ao local de estudo também ajuda a criar um ambiente de aula mais tranquilo e atraente. (CURSO DE EXTENSAO EM SERVICO DE AEE DE CONTEXTO DE PANDEMIA: TERTULIAS INCLUSIVAS, 2021).

No que se refere ao modo como a escola lidou com a mudança brusca do presencial para o remoto, evidenciou-se que houve orientação com a sugestão de produção de vídeos para socialização dos objetos do conhecimento bem como a utilização de vídeos do *youtube* que tivessem relações com os saberes discutidos e que também eles (professores) tiveram bastante autonomia na construção de estratégias. Porém, não houve nenhuma ação de formação complementar que auxiliasse melhor os profissionais com as exigências que surgiam no momento. O docente precisa dessa formação, de manuseio das novas tecnologias, pois existem professores que tiveram dificuldades com as plataformas de ensino. Segundo Pinho e Araújo (2019), “a tecnologia educacional visa o aprimoramento profissional de educadores, ampliando as chances de acesso de qualidade aos estudos para todos, oferecendo autonomia ao professor e estimulando

o lado crítico e criativo.” Logo, a necessidade de existir algum tipo de curso para que esse docente desenvolva seu trabalho.

Diante de todo contexto, a profissional sinalizou as estratégias utilizadas para promoção da aprendizagem no ensino remoto emergencial, considerando, especialmente o estudante com TDAH, a solicitação do apoio da família, a professora (Ana) entrevistada foi atendida, as famílias deram o apoio necessário; outra estratégia utilizada era sempre estar atenta ao aluno, caso ele distraísse, chamava-o a atenção. Outra estratégia utilizada pela docente era quando a aula terminava, ela continuava em sala online com o aluno para acompanhá-lo de maneira mais personalizada e explicar o assunto caso não tivesse entendido, ajudando assim a concluir a atividade. O aluno não tem condições pois, as atitudes são desorganizadas e não tem disciplina para estudar remotamente (POETA E NETO, 2006).

No entanto, sabemos que esses alunos tem o direito de serem incluídos e ter as devidas condições de acessibilidade aos assuntos, ou seja, não é preciso só chamar a atenção ou o apoio da família, além disso é necessário criar um ambiente atrativo para esse estudantes, atividades mais objetivas para que assim o aprendizado não fique penalizado, e os profissionais da escola devem ter um diálogo com os especialistas do AEE que acompanham esse aluno. Pois, essa articulação do AEE com o professor e toda comunidade escolar, faz com que esses atendimentos continuem mesmo de forma remota. (UNIPAMPA, 2021).

Foi respondido também se a escola recomendou algo para as famílias, a professora (Ana) respondeu que a instituição sugeriu que sempre tivesse um familiar acompanhado esse aluno. No entanto, sabemos que os pais não tem tempo necessário para tal. A partir dessa pergunta foi questionado se a família conseguiu acompanhar esse processo, e foi respondido que sim.

Por fim questionou-se se a escola utilizou algum parâmetro para o processo de ensino e aprendizagem do aluno com TDAH, a profissional respondeu que a escola não utilizou, ou seja, não tem como registrar ou comparar o desenvolvimento desse aluno antes ou pós ensino remoto emergencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de evidenciar os desafios do processo de ensino e aprendizagem diante do ensino emergencial remoto considerando o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. Considera-se que teve o objetivo cumprido, mas reconhece a necessidade

de maior estudo e aprofundamento, especialmente nas questões que envolvem os impactos da pandemia a qual ainda vivenciamos.

Com a pandemia as escolas rapidamente tiveram que passar a ensinar de forma remota, foram inúmeros desafios, bem como, as dificuldades com o manuseio das tecnologias, falta de formação para professores e também a questão do acesso à Internet ou de má qualidade. Já para os alunos com necessidades especiais, incluindo as que tem o TDAH os desafios foram ainda mais evidentes, já que além das dificuldades comuns a maioria dos estudantes, a criança com o transtorno tem maiores dificuldades para manter-se concentrado e ou atento as aulas. É importante sinalizar que, é sabido que não seria fácil o processo desse aluno, e de tantos outros com alguma especificidade durante o ensino remoto, mas é igualmente importante entender a necessidade de discutir sobre este processo para que se possam ampliar a discussão, socializar práticas e saberes a fim de construirmos estratégias que possam construir de forma positiva para o aprendizado destas crianças diante de situações atípicas. Trata-se de uma situação que requer pesquisa de maneira cuidadosa e inclusiva.

Pode-se considerar que com a pandemia professores, alunos e familiares tiveram que se readaptar ao novo modelo de aula. Para os estudantes, os desafios estiverem entre ficar em frente a tela, internet de má qualidade, ambiente de estudo inadequado, falta de alguém ao lado para acompanhar, barulhos do lar. Para os familiares, também houveram desafios, ter que acompanhar e ajudar o filho diariamente, dispor de tempo e em alguns momentos ser o auxiliar do professor. Já para os professores, em especial, foi possível identificar: adaptação a nova rotina repentina, realização de atividades, interferências de acontecimentos de dentro do lar.

É importante pensar que, o diagnóstico preciso irá orientar o professor na condução, e elaboração de estratégias metodológicas para promoção do ensino e aprendizagem de forma mais efetiva. No questionário a professora entrevistada (Ana), trouxe alguns subsídios que ajudaram o processo, a parceria da família, ficar atenta ao aluno caso percebesse que ele se distraía, chamava-o atenção e estender a aula online se fosse preciso com o aluno para explicar mais uma vez o assunto ou orientá-lo para que o mesmo concluísse a atividade. Estes elementos retratam a importância da formação do educador, da necessidade de ter uma especialização na área de educação especial para que haja maiores possibilidades em torno do processo inclusivo.

Contudo, os elementos acima citados não são as únicas coisas necessárias para a promoção da inclusão. É necessário que as Políticas Públicas criem e fiscalizem ações que garantam a estes sujeitos os direitos de aprendizagem. Um exemplo simples é que nem todas as escolas dão o suporte necessário para o docente, muitas não se sentem na obrigação, mesmo havendo legislação que sinaliza a necessidade de adequação das unidades de ensino.

Por fim, é notório que as escolas, docentes e alunos não estavam preparados para esse modelo de educação, ainda mais para a criança com TDAH é um grande desafio fazer com que ela fique por muito tempo atraída por algo e em casa onde tem seus objetos pessoais, onde a rotina familiar não para. Todavia, é importante que utilizem as estratégias e os desafios vivenciados durante o período da pandemia para que todos os profissionais da educação, possam pensar e estudar estratégias considerando diversos formatos e diversos públicos, como é a sala de aula, um espaço dotado da diversidade humana.

REFERÊNCIAS –

BARKLEY, Russell A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília.: Presidência da República.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

_____. **Lei n 7.853/89, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da Republica.

BRITO, Savio Breno Pires. BRAGA, Isaque Oliveira. CUNHA, Carolina Coelho. PALACIO, Maria A. Vasconcelos. TAKENAMI, Lukary. Pandemia da Covid 19: o maior desafio do século 21. **Revista Visa em Debate: sociedade, ciência e tecnologia**, v. 8, n. 2, 2020. Disponível em: <http://www.revistavisaemdebate.incqs.fiocruz.br>

CALIMAN, Luciana Vieira. O TDAH: Entre as funções, disfunções e otimização da atenção. **Artigos Psicol**, Estudo 13, setembro 2008. Disponível em: <https://www.scielo.rj/pe/a/dMWSQRntTwZwHpXBTswQHhv/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 22 setembro de 2021.

CONSTATINO, Luciana. **Agencia FAPESP**. Publicado em: Folha de São Paulo, 29 de novembro de 2021.

COUTO, T. S., Melo-Junior, M. R., Gomes, C. R. A. ASPECTOS NEUROBIOLÓGICOS DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): uma revisão.

Ciências e Cognição, 15, pp. 241-251. 2010. Disponível em:
<http://www.cienciaecognicao.org/revista/ind>
Acesso em 09 de novembro de 2021.

FIGLIARO, Mariana de Araújo. **Medicalização do corpo na infância- Considerações acerca do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade**. V. 1, n. 1. UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

FRANÇA, Irlana Lessa et al. Rotina e Estresse em Cuidadores de Crianças com TDAH. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 15, n. 3, p. 1-20, 2021. Disponível em:
<file:///C:/Users/Luciene/Downloads/30907-Texto%20do%20artigo-147335-1-10-20210930.pdf>.
Acesso em 10 de janeiro de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GRAEFF, Rodrigo Linck. VAZ, Cicero. **Avaliação e Diagnostico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)**. Psicologia USP, São Paulo, julho/setembro, 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pusp/a/8yKwZ7nLBCxr7h5TffqPvKz/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 12 de outubro de 2021.

LIMA, Marijara. BARROS, Joao Sarah Gonçalves. O transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade em Tempos de Pandemia: um desafio para a família, a escola e a sociedade. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**, v. 7, n 1, 2021. Disponível em:
<https://revistas.unifan.edu.br>

MAIA, Maria Inete Rocha. CONFORTIN, Helena. **TDAH e Aprendizagem: um desafio para educação**. Perspectiva, erichin. V. 39, n 148/535. Dezembro 2015. Disponível em:
<https://uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148-535>
Acesso em 10 de novembro de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASSALI, Fabio. **OMS: crianças devem ter tempo em frente a tela limitado a 1 hora**. Publicado 24 de abril de 2019, por Agencia Brasil- Brasília. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-04>

MATOS, Paulo. ROHDE, Luís Augusto. POLANCZYK, Guilherme. O TDAH é subtratado no Brasil. **Revista Brasileira de psiquiatria**, publicado em São Paulo, vol. 34, número 4, p. 513-516, dezembro, 2012. Disponível em :
<https://www.scielo.br/j/rbp/a/HstpzTsJC37rSqwWfT57SgJ/?lang=pt>
Acesso em 05 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, Rosane Machado. A Importância da Formação continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino- Aprendizagem na Educação Especial. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16., março de 2017.

UNIPAMPA. **Curso de Extensão em Serviço de AEE em Contexto de Pandemia: tertúlias inclusivas.** Portal governo Brasileiro, publicado em 17 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://eventos.unipampa.edu.br>

UNESCO. **Perdas na Aprendizagem pelo Fechamento de Escola Devido a Covid 19 pode empobrecer uma geração inteira.** 6 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/>
Acesso em 05 de janeiro de 2022.